

1.000

QUESTÕES PARA A

POLÍCIA FEDERAL

**AGENTE E ESCRIVÃO DE
POLÍCIA FEDERAL**

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	15
→ LÍNGUA PORTUGUESA (PORTUGUÊS) - ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS	15
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS	17
→ ADJETIVO	19
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS	20
→ LOCUÇÃO VERBAL	22
→ PRONOMES PESSOAIS	22
→ PRONOMES POSSESSIVOS	24
→ ADVÉRBIO	24
→ PREPOSIÇÃO	26
→ CONJUNÇÃO	27
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES	28
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS SUBSTANTIVAS	30
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	31
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC)	33
→ REGÊNCIA NOMINAL E VERBAL (CASOS GERAIS)	38
→ CRASE	39
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	42
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC)	45
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)	48
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	60
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO	63
→ REDAÇÃO OFICIAL - DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL	66
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO)	66
→ VOCATIVOS	66
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO	66
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS	67
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO)	67
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM	67
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL)	67
→ JULGAMENTO DE TRECHOS QUANTO À CORREÇÃO (RED. OFICIAL)	68
→ GABARITO 	68

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO..... 71

→ REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO E REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....	71
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	71
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	71
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	72
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	72
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	72
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO	72
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	72
→ PODER REGULAMENTAR.....	72
→ PODER HIERÁRQUICO	73
→ PODER DISCIPLINAR	73
→ PODER DE POLÍCIA.....	73
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)	74
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	74
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	74
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	75
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	75
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO)	75
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	75
→ RESPONSABILIDADE OBJETIVA DAS EMPRESAS ESTATAIS E DAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	76
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO	76
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	76
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	77
→ CONCEITO PARA AGENTES PÚBLICOS	77
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS	77
→ FUNÇÕES, CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS.....	77
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E ABRANGÊNCIA (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 8.112/1990).....	78
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	78
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990)	78
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	78
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	78
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	79
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021)	79
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	79
→ GABARITO 	79

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL..... 81

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	81
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	81
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988)	83
→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988).....	84
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	84
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	84
→ PERDA DA NACIONALIDADE	85
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	85
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS).....	85
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS.....	86
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	86
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988)	86
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	86
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	87
→ NOÇÕES GERAIS (ORDEM SOCIAL).....	87
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	87
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988)	87
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	88
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988).....	88
→ DOS ÍNDIOS (ARTS. 231 E 232 DA CF/1988)	88
→ GABARITO 	89

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO PROCESSUAL PENAL..... 91

→ DIREITO PENAL - PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E ANTERIORIDADE PENAL E DEMAIS PRINCÍPIOS DECORRENTES (ART. 1º DO CP).....	91
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	91
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	91
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	91
→ CONFLITOS DE LEIS PENAS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	92
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	92
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	92
→ DA CONTAGEM DOS PRAZOS (ARTS. 10 E 11 DO CP)	92
→ CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAS (ART. 12 DO CP)	93
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	93
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	93
→ PRINCÍPIO DA EXTRATERRITORIALIDADE (ART. 7º DO CP)	93
→ ELEMENTOS DO FATO TÍPICO	93
→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP)	93
→ DOLO, CULPA E PRETERDOLO (ARTS. 18 E 19 DO CP)	93

→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP)	94
→ TIPICIDADE E RESULTADO	94
→ NEXO DE CAUSALIDADE: TEORIAS (ART. 13, CAPUT, DO CP)	94
→ CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ILICITUDE E SUAS EXCLUDENTES (ART. 23 DO CP)	94
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP).....	94
→ LEGÍTIMA DEFESA (ART. 25 DO CP).....	94
→ ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL (ART. 23, INCISO III, DO CP).....	94
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP)	95
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	95
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP)	95
→ DO DANO (ARTS. 163 A 167 DO CP)	95
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP)	95
→ DO ESTELIONATO E DAS OUTRAS FRAUDES (ARTS. 171 A 179 DO CP)	96
→ DA RECEPÇÃO (ARTS. 180 E 180-A DO CP)	96
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	96
→ FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP).....	96
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIIS (ART. 327 DO CP).....	97
→ PECULATO (ART. 312 DO CP)	97
→ INSERÇÃO DE DADOS FALSOS EM SISTEMA DE INFORMAÇÕES (ART. 313-A DO CP)	97
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP)	97
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	97
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	98
→ CONDESCENDÊNCIA CRIMINOSA (ART. 320 DO CP).....	98
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP).....	98
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP)	98
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP)	99
→ DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196 DO CPP)	99
→ DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225 DO CPP).....	99
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP)	99
→ DA ACAREAÇÃO (ARTS. 229 A 230 DO CPP).....	99
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	100
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E PRISÃO ESPECIAL (ARTS. 282 A 300 DO CPP).....	100
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP)	100
→ GABARITO 	100

DIREITOS HUMANOS..... 103

→ SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS	103
→ REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA O TRATAMENTO DE PRISIONEIROIS	104
→ CONVENÇÃO INTERAMERICANA PARA PREVENIR E PUNIR A TORTURA (DECRETO Nº 98.386/1989).....	105
→ CONVENÇÃO DO ESTATUTO DOS REFUGIADOS (LEI Nº 9.474/1997).....	105

→ DIREITOS HUMANOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	105
→ GABARITO 	107

LEGISLAÇÃO ESPECIAL..... 109

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ARTS. 103 A 105 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	109
→ DOS DIREITOS INDIVIDUAIS (ARTS. 106 A 109 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	109
→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA).....	109
→ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ARTS. 145 A 151 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)	110
→ REGULAMENTA A LEI Nº 7.116/1983 E A LEI Nº 9.454/1997	111
→ LEI Nº 9.455/1997 - CRIMES DE TORTURA.....	112
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 9.605/1998)	112
→ DA APLICAÇÃO DA PENA (ARTS. 6º A 24 DA LEI Nº 9.605/1998)	113
→ DOS CRIMES CONTRA A FAUNA (ARTS. 29 A 37 DA LEI Nº 9.605/1998)	113
→ DOS CRIMES CONTRA A FLORA (ARTS. 38 A 53 DA LEI Nº 9.605/1998)	114
→ DA POLUIÇÃO E OUTROS CRIMES AMBIENTAIS (ARTS. 54 A 61 DA LEI Nº 9.605/1998).....	114
→ DOS CRIMES CONTRA O ORDENAMENTO URBANO E O PATRIMÔNIO CULTURAL (ARTS. 62 A 65 DA LEI Nº 9.605/1998)	115
→ DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO AMBIENTAL (ARTS. 66 A 69 DA LEI Nº 9.605/1998)	115
→ DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE (ARTS. 77 E 78 DA LEI Nº 9.605/1998)	115
→ DO SISTEMA NACIONAL DE ARMAS (ARTS 1º AO 2º DA LEI Nº 10.826/2003).....	115
→ DO REGISTRO (ARTS 3º AO 5º DA LEI Nº 10.826/2003).....	115
→ DO PORTE (ARTS 6º AO 11 DA LEI Nº 10.826/2003).....	116
→ DOS CRIMES E DAS PENAS (ARTS. 12 AO 21 DA LEI Nº 10.826/2003)	116
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS (ARTS 22 AO 34 DA LEI Nº 10.826/2003)	116
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º E 2º DA LEI Nº 11.343/2006)	116
→ DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS - SISNAD (ART. 3º A 17 DA LEI Nº 11.343/2006)	117
→ DA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINserÇÃO SOCIAL (ARTS. 18 A 30 DA LEI Nº 11.343/2006)	117
→ DISPOSIÇÕES GERAIS E DOS CRIMES (ARTS. 31 A 47 DA LEI Nº 11.343/2006)	117
→ DO PROCEDIMENTO PENAL E DA APREENSÃO, ARRECADAÇÃO E DESTINAÇÃO DE BENS DO ACUSADO (ARTS. 48 A 64 DA LEI Nº 11.343/2006).....	118
→ CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	118
→ GABARITO 	119

ESTATÍSTICA..... 121

→ AMPLITUDE.....	121
→ INTERVALO INTERQUARTÍLICO	121
→ DESVIO EM RELAÇÃO À MÉDIA ARITMÉTICA.....	121
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	122

→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA	125
→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE DISPERSÃO	125
→ COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO LINEAR ENTRE DOIS CONJUNTOS DE DADOS	125
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	125
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	125
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA	126
→ INTRODUÇÃO: CONCEITO DE VARIÁVEL, VARIÁVEIS DISCRETAS E CONTÍNUAS.....	126
→ FUNÇÃO DENSIDADE DE PROBABILIDADE (QUESTÕES QUE DISPENSAM INTEGRAL).....	126
→ DISTRIBUIÇÃO BINOMIAL.....	127
→ DISTRIBUIÇÃO NORMAL	127
→ DISTRIBUIÇÃO EXPONENCIAL.....	127
→ DISTRIBUIÇÕES CONJUNTAS, MARGINAIS E CONDICIONAIS CONTÍNUAS.....	127
→ CONCEITOS BÁSICOS E DEFINIÇÕES DE AMOSTRAGEM EM ESTATÍSTICA.....	127
→ AMOSTRAGEM NÃO PROBABILÍSTICA	127
→ AMOSTRAGEM ALEATÓRIA SIMPLES	128
→ AMOSTRAGEM ESTRATIFICADA.....	128
→ AMOSTRAGEM SISTEMÁTICA	129
→ AMOSTRAGEM DE CONGLOMERADOS.....	129
→ MÉDIA AMOSTRAL (ESTIMADOR PONTUAL, DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL).....	129
→ PROPORÇÃO AMOSTRAL (ESTIMADOR PONTUAL, DISTRIBUIÇÃO AMOSTRAL).....	129
→ ESTIMADORES DE MÍNIMOS QUADRADOS.....	130
→ ESTIMADORES DE MÁXIMA VEROSSIMILHANÇA	130
→ ESTATÍSTICAS SUFICIENTES	131
→ INTERVALO DE CONFIANÇA PARA A MÉDIA	131
→ INTERVALO DE CONFIANÇA PARA A PROPORÇÃO.....	131
→ P-VALOR.....	132
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES).....	132
→ ANÁLISE DE VARIÂNCIA DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES. COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO. ESTATÍSTICA F.....	132
→ GABARITO 	132

RACIOCÍNIO LÓGICO135

→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES	135
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA	135
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES	136
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	136
→ NÚMEROS INTEIROS (PROPRIEDADES, OPERAÇÕES, MÓDULO, ETC)	136
→ NÚMEROS REAIS (PROPRIEDADES E OPERAÇÕES; INTERVALOS).....	136
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES)	136

→ SISTEMA MONETÁRIO	137
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - OPERADORES LÓGICOS (REPRESENTAÇÃO SIMBÓLICA; DIFERENÇA ENTRE PROPOSIÇÃO SIMPLES E COMPOSTA).....	137
→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	138
→ TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA.....	138
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	139
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	140
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES	141
→ GABARITO 	141

INFORMÁTICA 143

→ CONCEITOS GERAIS DE SISTEMAS OPERACIONAIS E SISTEMAS DE ARQUIVOS.....	143
→ WINDOWS 10.....	143
→ WINDOWS 11.....	143
→ LINUX / UNIX	143
→ WORD 2019.....	144
→ EXCEL 2019.....	144
→ POWERPOINT 2019	144
→ PROTOCOLOS DE REDES.....	144
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	144
→ NTRANET E EXTRANET.....	145
→ GOOGLE CHROME.....	145
→ MOZILLA THUNDERBIRD	145
→ SITES DE BUSCA (GOOGLE, BING, YAHOO, ETC.).....	145
→ CONCEITOS E TIPOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	145
→ NUVENS MICROSOFT (ONEDRIVE E AZURE).....	145
→ GOOGLE WORKSPACE	145
→ CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	146
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	146
→ ANTIVÍRUS E ANTISPYWARE	146
→ PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO (SENHAS, AUTENTICAÇÃO ETC.).....	146
→ DEMAIS RECURSOS (IDS, VPN, ETC.).....	146
→ TI - BANCO DE DADOS - CONCEITOS INICIAIS DE BANCOS DE DADOS	146
→ CONCEITOS E FUNDAMENTOS DE MODELO RELACIONAL.....	147
→ SUBLINGUAGENS SQL (DDL, DML, DQL, DCL E DTL).....	147
→ MINERAÇÃO DE DADOS (DATA MINING).....	147
→ BIG DATA E DATA LAKE.....	147
→ DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - PYTHON (CONCEITOS GERAIS E CÓDIGOS) JULGUE O PRÓXIMO ITEM, RELATIVO A HTML5, BOOTSTRAP E PYTHON.	147
→ BIBLIOTECAS PYTHON PARA CIÊNCIA DE DADOS	148
→ LINGUAGEM R.....	148
→ XML.....	144

→ OUTRAS APIS (JDBC, JMS, JTA, ETC.).....	144
→ CONCEITOS INICIAIS E GERAIS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	144
→ SISTEMAS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA	145
→ MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO (MACHINE LEARNING)	145
→ MÉTODOS DE TREINAMENTO DE MODELOS (MACHINE LEARNING)	145
→ REDES NEURAIS.....	145
→ PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (IA)	145
→ ENGENHARIA DE SOFTWARE - MODELO EM CASCATA OU CLÁSSICO.....	145
→ ENGENHARIA DE SOFTWARE - MODELOS EVOLUCIONÁRIOS (ESPIRAL, INCREMENTAL E CBD)	145
→ GESTÃO E GOVERNANÇA DE TI - GED E ECM (GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS E ENTERPRISE CONTENT MANAGEMENT)	146
→ DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	146
→ DADOS ESTRUTURADOS, NÃO-ESTRUTURADOS E SEMIESTRUTURADOS	146
→ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO.....	146
→ MODELO OSI.....	146
→ MÁSCARA E ENDEREÇAMENTO IP	146
→ EQUIPAMENTOS DE REDES (ROTEADOR, SWITCH, HUB, ETC.).....	146
→ LAN	146
→ MAN E WAN	147
→ INTRANET, EXTRANET E PROXY	147
→ ASPECTOS GERAIS DE GERENCIAMENTO DE REDES.....	147
→ ANÁLISE DE TRÁFEGO DE DADOS EM REDES.....	147
→ CLOUD COMPUTING (COMPUTAÇÃO EM NUVEM)	147
→ SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - AMEAÇAS AOS SISTEMAS COMPUTACIONAIS	147
→ AMEAÇAS AOS SISTEMAS COMPUTACIONAIS	147
→ GABARITO 	147

CONTABILIDADE GERAL..... 149

→ CONCEITO, OBJETO, FINALIDADE, TÉCNICAS CONTÁBEIS, EQUAÇÃO PATRIMONIAL	149
→ TEORIA DAS CONTAS (PERSONALÍSTICA, PATRIMONIALISTA, E MATERIALÍSTICA).....	149
→ PRINCÍPIOS CONTÁBEIS	149
→ ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE (CPC 00)	149
→ ESCRITURAÇÃO: NORMAS, LIVROS CONTÁBEIS, LANÇAMENTOS, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS.....	150
→ PLANO DE CONTAS.....	150
→ BALANCETE DE VERIFICAÇÃO	151
→ ERROS DE ESCRITURAÇÃO	152
→ ATOS E FATOS CONTÁBEIS	152
→ REGIMES CONTÁBEIS (COMPETÊNCIA, CAIXA E MISTO).....	152
→ ESTOQUES: MENSURAÇÃO, RECONHECIMENTO COMO DESPESA E DIVULGAÇÃO (CPC 16)	152
→ APURAÇÃO DO RESULTADO	153
→ INTRODUÇÃO À DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	153

→ INTRODUÇÃO AO BALANÇO PATRIMONIAL.....	153
→ DISPONIBILIDADES: EQUIVALENTES DE CAIXA, CONCILIAÇÃO, CHEQUES, NUMERÁRIOS EM TRÂNSITO, ETC	153
→ CONTAS A RECEBER E PERDA COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (PCLD)	154
→ DESPESAS ANTECIPADAS	154
→ ATIVO IMOBILIZADO (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, MENSURAÇÃO INICIAL, REAVALIAÇÃO).....	155
→ ATIVOS INTANGÍVEIS (CPC 04, LEI 6.404)	155
→ DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	156
→ REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (CPC 01, LEI 6.404, ART. 183, §3º, I)	156
→ DUPLICATAS DESCONTADAS	156
→ RECEITAS ANTECIPADAS	156
→ RESERVAS DE LUCROS	157
→ RESERVAS DE CAPITAL	157
→ ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CPC 26, LEI 6.404, ARTS. 176 E 177).....	158
→ ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS - PREFERÊNCIAS E CURVAS DE INDIFERENÇA.....	158
→ EFEITOS RENDA E SUBSTITUIÇÃO	158
→ PRODUÇÃO	158
→ CONCORRÊNCIA PERFEITA	159
→ MONOPÓLIO	159
→ GABARITO 	159

ARQUIVOLOGIA..... 161

→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS ARQUIVOS.....	161
→ DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS.....	161
→ PRINCÍPIOS E TEORIAS DE ARQUIVOLOGIA	161
→ CONCEITOS E FASES DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DE DOCUMENTOS	162
→ TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS	162
→ A ATIVIDADE DE CLASSIFICAÇÃO (PLANO DE CLASSIFICAÇÃO, ARRANJO ETC.)	162
→ MÉTODOS DE ARQUIVAMENTO (ORDENAÇÃO DE DOCUMENTOS)	162
→ PROTOCOLO E SUAS ATIVIDADES	163
→ PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE ACERVOS	163
→ NOBRAD - NORMA BRASILEIRA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA	163
→ E-ARQ E SIGAD	164
→ GABARITO 	164

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

→ DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - DISPOSIÇÕES GERAIS DA PRÁTICA DE ATO INFRACIONAL (ARTS. 103 A 105 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

1. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Acerca de políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente, julgue o item subsecutivo.

O Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece a advertência e a obrigação de reparar o dano como medidas protetivas aplicáveis à criança que tenha cometido atos infracionais.

() CERTO () ERRADO

2. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Maria Nilda, 59 anos de idade, natural do estado de São Paulo, com ensino fundamental incompleto, compareceu com seus quatro filhos a uma unidade pública de saúde do Distrito Federal, buscando orientações para melhorar a sua atual situação. Em atendimento com a assistente social, Maria informou que mora há apenas três anos no Distrito Federal e que veio de sua cidade natal em busca de melhores condições de vida. Na ocasião, estava na companhia dos seus filhos: Helena, com 24 anos de idade, ensino médio incompleto, no quarto mês de gestação, ainda não sabe se deseja permanecer com seu filho, pois acredita que não terá condições de criá-lo — relata essa dificuldade com base no fato de seu companheiro ter sido morto; Ricardo, 15 anos de idade, ensino médio incompleto, deficiente físico; Miguel, 13 anos de idade, estudante do ensino fundamental; e Pedro Gustavo, 11 anos de idade, atualmente fora da escola. Maria Nilda relatou vivenciar uma relação abusiva com o seu marido, José Ferreira, 63 anos de idade, o qual, por mais de trinta anos, tem constantemente a insultado e ofendido, questionando, inclusive, a própria paternidade dos filhos. Conta que atualmente seu marido sempre comparece em sua residência alcoolizado e os xingamentos têm piorado. Dada a sobrecarga da responsabilidade familiar, ela acredita que a necessidade de trabalhar a fez ser negligente com os filhos, o que a faz sentir-se culpada, ainda mais pelo fato de Miguel e Pedro Gustavo terem cometido ato infracional tipificado como roubo, sendo este o terceiro ato ilícito de Miguel e o segundo de Pedro Gustavo.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item subsecutivo, considerando o que dispõem a Lei Maria da Penha, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto do Idoso.

A medida socioeducativa mais adequada a Pedro Gustavo é a prestação de serviços à comunidade, devidamente cumulada com a medida protetiva, para facilitar o seu retorno à escola.

() CERTO () ERRADO

3. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Julgue o item, a respeito das Leis n.os 13.445/2017, 11.343/2006, 8.069/1990 e suas alterações.

Situação hipotética: Francisco, com dezessete anos e dez meses de idade, praticou ato infracional equiparado a furto. O promotor de justiça ofereceu representação ao juiz, propondo a instauração de procedimento para a aplicação da medida socioeducativa. Entretanto, com a demora na tramitação do

procedimento, Francisco completou dezenove anos de idade antes da sentença. Assertiva: Nessa situação, o juiz ainda poderá aplicar medida socioeducativa a Francisco, mesmo que este já tenha completado a maioridade penal.

() CERTO () ERRADO

→ DOS DIREITOS INDIVIDUAIS (ARTS. 106 A 109 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

4. (CEBRASPE-CESPE – 2022) À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item que se segue.

Em regra, os adolescentes não serão privados de sua liberdade, salvo em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita fundamentada da autoridade judiciária competente.

() CERTO () ERRADO

5. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Julgue o item subsequente, relativo à apuração de ato infracional praticado por adolescente e à aplicação de medidas socioeducativas.

Situação hipotética: Um jovem foi abordado em flagrante delito ao cometer crime de furto mediante arrombamento; apresentado à autoridade policial, ele indicou ter menos de dezoito anos de idade.

Assertiva: Nessa situação, havendo dúvidas fundadas quanto à idade do jovem, a autoridade policial competente poderá, entre outras providências, proceder ao registro dos fatos em boletim de ocorrência e determinar a identificação compulsória do detido.

() CERTO () ERRADO

→ DAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS (ARTS. 112 A 125 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

6. (CEBRASPE-CESPE – 2023) Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue o item a seguir.

A internação consiste em medida privativa de liberdade, devendo a criança ou adolescente ser liberado compulsoriamente aos dezoito anos de idade.

() CERTO () ERRADO

7. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item a seguir com base no ECA.

Para a aplicação de medida socioeducativa, devem-se levar em conta a capacidade do adolescente de cumpri-la, as circunstâncias que envolveram a prática do ato infracional e a gravidade deste.

() CERTO () ERRADO

8. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Em relação à prática de ato infracional por criança e(ou) adolescente e aos procedimentos legais dela decorrentes, julgue o item a seguir com base no ECA.

Respeitado o devido processo legal, autor de ato infracional, por ser menor e, portanto, inimputável, poderá receber, como forma de sanção penal, pena de cumprimento de medida socioeducativa.

() CERTO () ERRADO

9. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Julgue o item subsequente, relativo à apuração de ato infracional praticado por adolescente e à aplicação de medidas socioeducativas.

Ao ser comunicado da evasão, pela segunda vez, de adolescente que cumpre medida socioeducativa de semiliberdade, o juiz da vara da infância e da juventude competente deverá regredir a medida para a internação, independentemente da prévia oitiva do adolescente.

() CERTO () ERRADO

10. (CEBRASPE-CESPE – 2015) Gerson, com vinte e um anos de idade, e Gilson, com dezesseis anos de idade, foram presos em flagrante pela prática de crime. Após regular tramitação de processo nos juízos competentes, Gerson foi condenado pela prática de extorsão mediante sequestro e Gilson, por cometimento de infração análoga a esse crime.

Com relação a essa situação hipotética, julgue o próximo item.

Gilson poderá ser submetido a medidas socioeducativas de meio aberto, como, por exemplo, prestação de serviços à comunidade pelo prazo máximo de doze meses, liberdade assistida por, no mínimo, um mês, ou a regime de semiliberdade.

() CERTO () ERRADO

→ DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE (ARTS. 145 A 151 DA LEI Nº 8.069/1990 - ECA)

11. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca das medidas de proteção à criança e ao adolescente, julgue o item a seguir.

Na hipótese de violação dos direitos da criança e do adolescente, compete à justiça da infância e da juventude conhecer pedidos de guarda ou tutela.

() CERTO () ERRADO

12. (CEBRASPE-CESPE – 2019) Angélica, de vinte e cinco anos de idade, deu à luz gêmeos em uma maternidade pública, e, durante sua internação manifestou à assistente social Joana, que a acompanhava, o interesse em entregar seus filhos recém-nascidos à adoção, em razão de já ter Pedro, com seis anos de idade, passar por situação socioeconômica precária e carecer de apoio familiar, visto que tinha uma relação difícil com seu companheiro e pai das três crianças, Alan, de quarenta e cinco anos de idade, que cumpria, havia dois meses, pena de dois anos pelo crime de furto e não havia recebido bem a notícia da gravidez. Angélica também relatou a Joana que morava em um cômodo cedido pela vizinha, mas que precisava desocupar em noventa dias o imóvel.

A partir dessa situação hipotética, julgue o item seguinte, considerando os dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Como Angélica manifestou interesse em entregar seus filhos recém-nascidos para adoção, o que é um direito seu, os gêmeos deverão ser obrigatoriamente encaminhados à Justiça da Infância e da Juventude.

() CERTO () ERRADO

13. (CEBRASPE-CESPE – 2018) Considerando o debate contemporâneo sobre família e serviço social, julgue o item a seguir.

Os pareceres acerca de processos de adoção, guarda, tutela e destituição do poder familiar elaborados por assistentes sociais que atuam no Poder Judiciário podem ser fundamentados em estudos sociais.

() CERTO () ERRADO

14. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Luigi, nacional da Itália, passou a residir no Brasil em julho de 2019, logo após o trânsito em julgado de condenação criminal proferida por um tribunal da cidade de Roma. De acordo com a legislação, o Brasil não tem competência para julgar o crime cometido por Luigi, mas a conduta motivadora do decreto condenatório na Itália é considerada crime no Brasil, com previsão de pena de dois anos e seis meses de prisão. Antes da formalização do pedido de extradição, os responsáveis pelo caso no Estado italiano tinham feito às autoridades brasileiras a requisição para a efetivação da prisão cautelar do extraditando, com o objetivo de assegurar a executoriedade da medida, o que foi deferido e cumprido pelo Brasil em outubro de 2019.

Considerando essa situação hipotética, as previsões da Lei nº 13.445/2017 e a jurisprudência do STF, julgue o item subsequente.

A extradição de Luigi não poderá ser efetivada sem que a Itália assuma o compromisso de computar o tempo da prisão que tenha sido cumprido no Brasil em razão da decisão cautelar.

() CERTO () ERRADO

15. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Luigi, nacional da Itália, passou a residir no Brasil em julho de 2019, logo após o trânsito em julgado de condenação criminal proferida por um tribunal da cidade de Roma. De acordo com a legislação, o Brasil não tem competência para julgar o crime cometido por Luigi, mas a conduta motivadora do decreto condenatório na Itália é considerada crime no Brasil, com previsão de pena de dois anos e seis meses de prisão. Antes da formalização do pedido de extradição, os responsáveis pelo caso no Estado italiano tinham feito às autoridades brasileiras a requisição para a efetivação da prisão cautelar do extraditando, com o objetivo de assegurar a executoriedade da medida, o que foi deferido e cumprido pelo Brasil em outubro de 2019.

Considerando essa situação hipotética, as previsões da Lei nº 13.445/2017 e a jurisprudência do STF, julgue o item subsequente.

O STF poderá, após a análise do caso, determinar que o extraditando responda ao processo de extradição em liberdade, além de impor medidas cautelares diversas da prisão, como a retenção do documento de viagem, até o julgamento definitivo da ação.

() CERTO () ERRADO

16. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Julgue o item a seguir, a respeito dos direitos de migrantes, refugiados e apátridas.

O visto para pesquisa tem caráter temporário e é necessário que o imigrante tenha vínculo empregatício com a instituição de pesquisa.

() CERTO () ERRADO

17. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Com relação ao acesso das minorias aos direitos humanos, julgue o item subsequente.

Crianças estrangeiras que migrarem para o Brasil desacompanhadas de seus responsáveis e sem documento de viagem poderão ser assistidas pela Defensoria Pública, para que sua situação seja regularizada no país.

() CERTO () ERRADO

18. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Julgue o item a seguir, relativo a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

Asilo político, cuja concessão independe de reciprocidade, é o acolhimento, pelo Estado, de estrangeiro perseguido em outros lugares — não necessariamente em seu próprio país — por dissidência política, entre outros motivos.

() CERTO () ERRADO

19. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Julgue o item a seguir, relativo a atos internacionais, personalidade internacional, cortes internacionais e domínio público internacional.

O visto concedido por autoridade diplomática constitui mera expectativa de direito do estrangeiro, que pode, ainda assim, ser inadmitido no país. Por outro lado, se admitido o estrangeiro em seu território, o país passa a ter deveres em relação a ele, em maior ou menor grau, conforme a natureza do ingresso.

() CERTO () ERRADO

(20. (CEBRASPE-CESPE – 2017) No item que se segue, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada com base em disposições das Leis n.os 9.605/1998, 11.343/2006 e 13.445/2017.

Em determinado estado da Federação, vários imigrantes foram encontrados em situação irregular e notificados pessoalmente para proceder à regularização migratória em prazo não superior a sessenta dias. Nesse caso, o imigrante que não regularizar sua situação poderá ser deportado e, iniciado o procedimento administrativo de deportação, a Defensoria Pública da União deverá ser notificada para que possa prestar a devida assistência ao deportando.

() CERTO () ERRADO

(21. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Julgue o item, a respeito das Leis n.os 13.445/2017, 11.343/2006, 8.069/1990 e suas alterações.

Indivíduo estrangeiro expulso do Brasil por ter sido condenado com sentença transitada em julgado pelo crime de tráfico internacional de drogas ficará impedido de ingressar no Brasil, por prazo indeterminado.

() CERTO () ERRADO

(22. (CEBRASPE-CESPE – 2017) Julgue o item seguinte, acerca da condição jurídica do estrangeiro.

A progressão para o regime semiaberto é vedada ao extraditando que esteja aguardando o término do cumprimento da pena no Brasil.

() CERTO () ERRADO

→ REGULAMENTA A LEI Nº 7.116/1983 E A LEI Nº 9.454/1997

23. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

A expedição de carteira de identidade em ente federativo distinto do local de expedição da primeira via será considerada segunda via do documento.

() CERTO () ERRADO

24. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Acerca da carteira de identidade e da improbidade administrativa, julgue o próximo item.

A inclusão do nome social na carteira de identidade dispensa a menção do nome do registro civil.

() CERTO () ERRADO

25. (CEBRASPE-CESPE – 2025) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990), julgue o item a seguir.

A autoridade policial que apreender criança ou adolescente e deixar de comunicar tal ato, no prazo de 48 horas, à autoridade judiciária competente, bem como à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada, estará sujeita às penas de advertência e de reclusão de um mês.

() CERTO () ERRADO

26. (CEBRASPE-CESPE – 2025) Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), julgue o item a seguir.

Tal como a prática de atos violentos contra a criança, a omissão também é passível de punição.

() CERTO () ERRADO

27. (CEBRASPE-CESPE – 2025) Considerando a Constituição Federal de 1988 e legislações, políticas e programas destinados a crianças e adolescentes, julgue o item a seguir.

O agente que submeter criança ou adolescente à exploração sexual estará sujeito, entre outras penas, à perda de bens e valores utilizados na prática criminosa, os quais serão revertidos em favor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente da respectiva unidade federativa.

() CERTO () ERRADO

28. (CEBRASPE-CESPE – 2022) Antônio, Carlos e Pedro, previamente ajustados, subtraíram diversos bens pertencentes a um estabelecimento comercial. Após deixarem o local, foram encontrados pela polícia, ainda na posse dos bens.

A partir dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

Considerando-se que Pedro fosse menor de dezoito anos de idade na data do crime e que os demais agentes tivessem conhecimento desse fato, é correto afirmar que estes deveriam responder também pelo delito de corrupção de menores, em concurso material.

() CERTO () ERRADO

29. (CEBRASPE-CESPE – 2018) No item seguinte, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, a respeito de crime de tráfico ilícito de entorpecentes, crime contra a criança e adolescente e crimes licitatórios.

Valdo recebeu por email um vídeo gravado por seu amigo Lucas com pornografia envolvendo uma adolescente e uma outra pessoa, maior de idade. Após assistir ao vídeo, Valdo arquivou as imagens no HD do seu computador. Nessa situação, a conduta de Lucas configurou crime de divulgação de vídeos com pornografia envolvendo adolescente, e a de Valdo foi atípica.

() CERTO () ERRADO

30. (CEBRASPE-CESPE – 2017) À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) — Lei n.º 8.069/1990 — e da CF, julgue o item seguinte.

Conforme o ECA, professores que submeterem estudantes sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento serão passíveis de detenção de um a seis meses.

() CERTO () ERRADO